

MOÇÃO

O MOVIMENTO ASSOCIATIVO POPULAR EXIGE AÇÃO

O Movimento Associativo Popular está presente, atuante e profundamente enraizado na região e no país. A sua contribuição para o progresso social, económico e cultural de amplas camadas da população e para a concretização de avanços democráticos e progressistas é reconhecido por todos. É depositário de um património social exemplar, de muitas vontades, de muita dedicação e esforço voluntário dos muitos milhares de associados e dirigentes, contribuindo para a projeção da imagem do concelho da Moita e das suas gentes.

As coletividades, associações e clubes, que integram o Movimento Associativo Popular, são espaços de intensa sociabilidade, de convívio, de desporto, as quais desde o teatro, bandas filarmónicas e orquestras, bibliotecas, têm contribuído para a animação sociocultural, a formação desportiva e humana e para o desenvolvimento da comunidade.

A atual epidemia COVID-19, o confinamento e os sucessivos estados de emergência vieram agravar a situação destes organismos, que já experimentavam dificuldades em consequência da falta de apoios do estado, verificada ao longo de anos, aprofundando as dificuldades sentidas na vida do Movimento Associativo Popular e sem qualquer resposta real da administração central, só mitigados pela dedicação dos seus dirigentes e sócios e pelo apoio das autarquias.

Propostas de solução não faltaram, O PCP e o PEV fizeram-nas na Assembleia da República, mas mais uma vez tiveram a convergência de PS, PSD, CDS para as impedir. A título de exemplo: a redução do IVA do equipamento e material desportivo para 6%, a isenção do IRC até um valor de 30 mil euros ou um fundo de apoio para o desporto de 60 milhões.

O governo português, apesar de vários e sucessivos alertas, esperou um ano para anunciar um fundo de apoio, do qual apenas uma parte é a fundo perdido. O associativismo desportivo, de base local não podia ter esperado um ano para que o Governo começasse a falar no problema. O anúncio por si não resolve na prática qualquer dos problemas é necessário que chegue ao terreno. Após dois meses, nada! Nada chegou aos clubes, associações e coletividades!

Infelizmente o Governo continua a não ouvir a situação alarmante que dezenas de entidades. Em breve irá iniciar-se uma nova época desportiva e ninguém sabe como se organizar, nem tão pouco se irá ter condições de continuar. Não se percebe porque é que em nenhum dos momentos de progressivo desconfinamento não foi dada prioridade ao desporto amador em condições sanitárias adequadas, tal como se fez e bem para os eventos culturais e espetáculos similares.

As palavras chocam com a falta de ação, nesta como noutras matérias. O desporto é saúde, é prevenção da doença e promoção de hábitos saudáveis. É saúde mental, essa que está tão fragilizada com o momento que atravessamos. É qualidade de Vida.

Apesar destas e outras dificuldades, a verdade é que o Movimento Associativo Popular continua a resistir e a desenvolver uma notável atividade contribuindo para a vida democrática do nosso país e constituindo um exemplo incomparável com outros países.

Assim a Assembleia Municipal da Moita, reunida a 25 de junho de 2021, saudou o Clube Desportivo do Penteado e todo o Movimento Associativo Popular do concelho e deliberou:

- 1 Manifestar a preocupação perante a grave situação financeira que vive o Movimento Associativo Popular.
- 2.Reclamar ao Governo a necessidade de que as medidas já anunciadas cheguem ao terreno o quanto antes e a tempo de evitar o fim de dezenas de coletividades no nosso concelho e centenas ou milhares em todo o país.
3. O alargamento das medidas de apoio a este sector que ao longo dos anos têm vindo a ser apresentadas pelas organizações representativas do sector e a valorização do estatuto dirigente associativo amador.

Mais se aprovou o envio aos órgãos de comunicação local regional, associações, coletividades e clubes do Movimento Associativo Popular do concelho e à Confederação das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto.

Moita, 29 de junho de 2021

Assembleia Municipal da Moita
O Presidente



(João Manuel de Jesus Lobo)

Aprovado por unanimidade com trinta votos a favor, sendo dezasseis da CDU, oito do PS, três do BE, um do PSD, um do CDS, um da independente Fátima Dâmaso, na sessão ordinária realizada em 25 de junho de 2021.